



**Comentários às Questões de Ética Profissional do
XV Exame Unificado de Ordem**

01) Abelardo é magistrado vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado K e requer licença para tratamento de questões particulares, pelo prazo de três anos, o que foi deferido. Como, antes de assumir o referido cargo, era advogado regularmente inscrito nos quadros da OAB, requer o seu reingresso, comprovando o afastamento das funções judicantes.

Nos termos do **Estatuto da Advocacia**, assinale a afirmativa correta.

- A) A incompatibilidade com a advocacia persiste aposentadoria do cargo efetivo.
- B) O afastamento temporário do cargo que gera a incompatibilidade permite inscrição provisória.
- C) A incompatibilidade permanece mesmo que ocorra o afastamento temporário do cargo.
- D) O afastamento do cargo incompatível permite a inscrição após um período de três anos.

Gabarito: “C”. Nos termos expressos do **EAOAB, artigo 28, § 1º**: “A incompatibilidade **permanece** mesmo que o ocupante do cargo ou função deixe de exercê-lo temporariamente”. Ademais, acerca das alternativas “A” e “D”, nos termos da **Constituição Federal de 1988, artigo 95, parágrafo único, inciso V**: “Aos juízes é **vedado** exercer a advocacia **no juízo ou tribunal do qual se afastou**, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração”.



02) Fred, jovem advogado, é contratado para prestar serviços na empresa BBO Ltda., que possui uma assessoria jurídica composta por cinco profissionais do Direito, orientados por uma gerência jurídica. Após cinco meses de intensa atividade, é concitado a formular parecer sobre determinado tema jurídico de interesse da empresa, tarefa que realiza, sendo seu entendimento subscrito pela gerência. Após dez meses do referido evento, o tema é reapresentado por um dos diretores da empresa, que, em via para outro estado, havia consultado um outro advogado. Diante dos novos argumentos, o gerente determina que Fred, o advogado parecerista, mesmo sem ter mudado de opinião, apresente petição inicial em confronto com o entendimento anteriormente preconizado.

No caso, nos termos do **Código de Ética da Advocacia**, o advogado

- A) deve submeter-se à determinação da gerência jurídica.
- B) deve apresentar seu parecer ao conjunto de advogados para decisão.
- C) pode recusar-se a propor a ação diante do parecer anterior.
- D) pode opor-se e postular assessoria da OAB.

Gabarito: “C”. Ao tratar das relações com o cliente, o **Código de Ética da Advocacia** prevê, em seu **artigo 20**, que: “O advogado deve abster-se de patrocinar causa contrária à ética, à moral ou à validade de ato jurídico em que tenha colaborado, orientado ou conhecido em consulta; da mesma forma, deve declinar seu impedimento ético quando tenha sido convidado pela outra parte, se esta lhe houver revelado segredos ou obtido seu parecer”.

03) Bernardo recebe comunicação do seu cliente Eduardo de que este havia desistido da causa que apresentara anteriormente, por motivo de viagem a trabalho, no exterior, em decorrência de transferência e promoção na sua empresa. Houve elaboração da petição inicial, contrato de prestação de serviços e recebimento adiantado de custas e honorários advocatícios.

Nesse caso, nos termos do **Código de Ética da Advocacia**, deve o advogado



- A) devolver os honorários antecipados sem abater os custos do escritório.
- B) prestar contas ao cliente de forma pormenorizada.
- C) arquivar os documentos no escritório como forma de garantia.
- D) realizar contrato vinculando o cliente ao escritório.

Gabarito: “B”. Ainda ao tratar das relações com o cliente, o **Código de Ética da Advocacia** prevê, em seu **artigo 9º**, que: “A conclusão ou desistência da causa, com ou sem a extinção do mandato, obriga o advogado à devolução de bens, valores e documentos recebidos no exercício do mandato, e à pormenorizada prestação de contas, não excluindo outras prestações solicitadas, pelo cliente, a qualquer momento”.

04) Sobre a prescrição da pretensão punitiva das infrações disciplinares, assinale a afirmativa correta.

- A) A pretensão punitiva quanto às infrações disciplinares prescreve em cinco anos, contados da data da constatação oficial do fato, interrompendo-se pela instauração de processo disciplinar ou pela notificação válida do representado.
- B) A pretensão punitiva das infrações disciplinares prescreve em três anos, contados da data da constatação oficial do fato, interrompendo-se pela instauração de processo disciplinar ou pela notificação válida do representado.
- C) A pretensão punitiva das infrações disciplinares é imprescritível.
- D) A pretensão punitiva das infrações disciplinares prescreve em cinco anos, contados da data da constatação oficial do fato, não havendo previsão legal de marco interruptivo de tal prazo prescricional.

Gabarito: “A”. Trata-se de previsão contida no **EAOAB, artigo 43, caput e § 2º, inciso I**. Como bem leciona **Rodrigo de Farias Julião**: “Lembre-se: prescrição, regra geral, 5 (cinco) anos para julgamento. [...]. O Estatuto estabelece, igualmente, modos próprios de interrupção da prescrição, aduzindo que a prescrição interrompe-se: pela instauração de processo disciplinar ou



pela notificação válida feita diretamente ao representado;”¹ A Súmula nº. 1/2011/COP (do Conselho Pleno do Conselho Federal) trata do tema.

05) Messias é advogado com mais de trinta anos de atuação profissional e deseja colaborar para o aperfeiçoamento da advocacia. O Presidente da Seccional onde possui inscrição principal sugere que ele participe da política associativa e lance sua candidatura a Conselheiro Federal.

Observadas as regras do **Estatuto da OAB**, assinale a afirmativa correta.

- A) A eleição de Conselheiro Federal da OAB é indireta e secreta.
- B) O Conselheiro Federal da OAB integra uma das chapas concorrentes para as eleições seccionais.
- C) A indicação para o Conselho Federal é realizada pelo Colégio de Presidentes da OAB.
- D) O Conselheiro Federal é indicado livremente pelas Seccionais da OAB.

Gabarito: “B”. EAOAB, **artigo 64, § 1º**: “A chapa para o Conselho Seccional deve ser composta dos candidatos ao conselho e à sua diretoria e, ainda, **à delegação ao Conselho Federal** e à Diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados para eleição conjunta.”

06) O advogado Caio atuava representando os interesses do autor em determinada ação indenizatória há alguns anos. Antes da prolação da sentença, substabeleceu, com reserva, os poderes que lhe haviam sido outorgados pelo cliente, ao advogado Tício. Ao final, o pedido foi julgado procedente e o cliente de Caio e Tício recebeu a indenização pleiteada, mas não repassou aos advogados os honorários de êxito contratados, estipulados em 30%. Caio, para evitar desgaste, preferiu não cobrar judicialmente os valores devidos pelo cliente. Tício, não concordando com a opção de Caio,

¹ *Ética e Estatuto da Advocacia – Coleção Exame de Ordem – Vol. 11*. São Paulo: Atlas S.A., 2010. p. 130.



decidiu, à revelia deste último, ingressar com a ação cabível, valendo do contrato de honorários celebrado entre Caio e o cliente.

A partir do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- A) Tício pode ajuizar tal ação, pois, embora não tivesse celebrado o contrato com o cliente, recebeu poderes de Caio para atuar na causa.
- B) Tício pode ajuizar tal ação, pois ingressou na causa antes da prolação da sentença, sendo, assim, igualmente responsável pelo êxito.
- C) Tício não pode ajuizar tal ação porque, como Caio e Tício não requereram o destaque dos honorários contratuais, ele não tem mais direito a recebê-los.
- D) Tício não pode ajuizar tal ação porque o advogado substabelecido com reserva de poderes não pode cobrar honorários sem a intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento.

Gabarito: “D”. Ao disciplinar o tema “**honorários advocatícios**” o **EAOAB** é expresso, em seu **artigo 26**: “O advogado substabelecido, **com** reserva de poderes, **não** pode cobrar honorários sem a intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento.”

07) Antônio recebe Paulo, um antigo cliente do escritório de advocacia onde presta serviços. Após a entrevista, o preenchimento de relatório com os dados pessoais do cliente e a requisição dos documentos necessários, Antônio realiza a análise final dois dias depois da entrevista com o cliente e verifica que existe norma legal que contraria, expressamente, a pretensão apresentada.

Sobre o caso, observadas as regras do **Estatuto da OAB**, assinale a afirmativa correta.

- A) O advogado pode postular contra texto expresso de lei.
- B) O advogado deve aconselhar o cliente a procurar o Ministério Público para propor ação contra a lei.



C) O advogado pode se opor à norma expressa, aduzindo a sua inconstitucionalidade.

D) O advogado deve indicar ao cliente a desistência da ação, por não portar solução para o problema.

Gabarito: “C”. O **artigo 34, inciso VI, 1ª parte, do EAOAB**, dispõe que configura infração disciplinar “advogar contra literal disposição de lei”, porém, em sua parte final estabelece “**presumindo-se a boa-fé** quando fundamentado na inconstitucionalidade, na injustiça da lei ou em pronunciamento judicial anterior”, o que garante juridicamente a atuação do advogado.

08) Fátima é advogada de Carla em processo proposto em face da empresa LL Serviços Anônimos, por contrato não cumprido. Posteriormente, Fátima patrocina os interesses de Leonídio em ação de responsabilidade civil, apresentada em face de Ovídio. Pelos descaminhos do destino, Carla e Leonídio estabelecem sociedade que, dois anos após a sua constituição, vem a ser dissolvida. Com os ânimos exaltados, Carla e Leonídio procuram sua advogada de confiança, Fátima, diante dos serviços de qualidade prestados anteriormente. Com sua rara habilidade persuasiva, a advogada consegue compor os interesses em conflito.

Sobre o caso apresentado, observadas as regras do **Estatuto da OAB** e do **Código de Ética e Disciplina da OAB**, assinale a opção correta.

A) A advogada deveria optar por um dos clientes na primeira consulta.

B) O litígio envolve interesses irremediavelmente conflitantes, o que exige a opção do advogado.

C) A conciliação purga o confronto de interesses entre os clientes da advogada.

D) O eventual acordo entre os litigantes, no caso, deveria ser feito por outro advogado.



Gabarito: “C”. O **Código de Ética e Disciplina da OAB**, em seu **artigo 2º, parágrafo único, inciso VI**, não só ampara a conduta da advogada Fátima, como, na verdade, a **exige**: “É **dever** do advogado estimular a conciliação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios.”

09) O advogado João, inscrito na Seccional do estado X, cometeu grave infração ética ao atuar em determinada causa no estado Y. Assinale a opção que indica o Conselho Seccional com poder de punir disciplinarmente o advogado infrator.

- A) Apenas o Conselho Seccional do estado X terá poder para punir João disciplinarmente.
- B) Apenas o Conselho Seccional do estado Y terá poder para punir João disciplinarmente.
- C) Apenas o Conselho Federal terá poder para punir João disciplinarmente.
- D) Os Conselhos Seccionais dos estados X e Y terão poderes concorrentes para punir João disciplinarmente.

Gabarito: “B”. A competência punitiva é do Conselho Seccional do local do suposto cometimento da infração disciplinar, salvo falta perante o Conselho Federal (**EAOAB, artigo 70, caput**). **Atenção! Não** compete ao Conselho Seccional da inscrição principal do advogado.

10) Os advogados X de Souza, Y dos Santos e Z de Andrade requereram o registro de sociedade de advogados denominada Souza, Santos e Andrade Sociedade de Advogados. Tempos depois, X de Souza vem a falecer, mas os demais sócios decidem manter na sociedade o nome do advogado falecido.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

- (A) É possível manter o nome do sócio falecido, desde que prevista tal possibilidade no ato constitutivo da sociedade.



- (B) É possível manter o nome do sócio falecido, independentemente de previsão no ato constitutivo da sociedade.
- (C) É absolutamente vedada a manutenção do nome do sócio falecido na razão social da sociedade.
- (D) É possível manter, pelo prazo máximo de seis meses, o nome do sócio falecido.

Gabarito: “A”. Como se trata de tema muito abordado nos últimos Exames de Ordem, cabe o seguinte resumo. As **sociedades de advogados não** são admitidas a registro **tampouco** podem funcionar:

- Com características mercantis*;
- Com a adoção de nome fantasia (a razão social deve ter **obrigatoriamente** pelo menos o nome de 01 (um) advogado responsável pela sociedade, completo *ou* fracionado);
- Com nome de sócio falecido, **salvo** previsão no contrato social.

* Em 2010 o Órgão Especial do Conselho Federal da OAB entendeu que receber honorários por meio de cartão de crédito **não** configura infração ético-disciplinar.